

A democratização do madarinato ou o futuro da dinastia estatal democrática

Nicolas Berggruen & Nathan Gardels.

Governança inteligente para o século XXI. Uma via intermediária entre Ocidente e Oriente. Tradução de Erica Cunha e Alaves e Bernardo de Sá Nogueira. Porto: Editora Objectiva, 2013, 271 pp..

Acácio Augusto

Pesquisador no Nu-Sol e no Projeto Temático FAPESP *Ecopolítica*. Doutor em Ciências Sociais pela PUC-SP. Professor de Ciência Política no curso de Relações Internacionais da Faculdade Santa Marcelina, São Paulo-SP, Brasil. Publicou, em co-autoria com Edson Passetti, *Anarquismos e Educação*, pela editora Autêntica, e é autor de *Política e Polícia. Cuidados, controles e penalização de jovens*, pela editora Lamparina. Contato: estadoalterado@yahoo.com.br.

Em um planeta no qual a racionalidade neoliberal orienta as escolhas e as tecnologias computo-informacionais comandam as ações, as palavras-chave e as perguntas geradoras governam o exercício do pensamento, a produção de verdades e de soluções. Algumas dessas palavras-chave, quando combinadas, formam os comandos que guiam governos, pesquisadores, formadores de opinião, cidadãos. Essa forma de circuito do pensamento é retroalimentada por uma vertiginosa produção de informação que há muito não a distingue e a produção de conhecimento. Vale mais a capacidade de cada pessoa ou grupo de capitalizar

ou combinar de maneira eficiente um conjunto heterogêneo de informações e conhecimentos que a capacidade de questionamento, enfrentamento ou combate que a experiência de pensamento produz.

Aponta-se como imperativo que corações e mentes atuem de maneira a não interferir, conter ou compassar os velozes fluxos de produção inteligente. Esta é uma forma bastante sucinta de descrever o atual imperativo da participação e dos compartilhamentos, que ultrapassam seus contornos políticos, econômicos e tecnológicos na produção ou gestão de um *comum*, seja ele um bem de produção,

consumo ou convivência. Em um mundo tão conectado, a ideia de que uma democracia de consumidores produz isolamento é não apenas imprecisa, como equivocada. Hoje, o difícil é estar só, a sós ou longe do alcance de diversos acionamentos e monitoramentos, sejam eletrônicos ou de conduta. Difícil é não *ser* ou *estar*, já que tudo é solicitação e convocação para modulações que produzem subjetividades governadas e dispostas a governar.

Nessa profusão de uma produção intelectual cada vez mais comum, as palavras *gestão* e *governança* ganham destaque, não invariavelmente acompanhadas da palavra *choque*. Esta seria uma ação determinante, necessária para a mudança, variação e até mesmo transgressão do que está posto, para a produção de um *bem comum*. A gestão responsável, para a atual racionalidade neoliberal, é a forma de produzir confiança e eficiência nas instituições públicas e privadas. *Governança inteligente para o século XXI* é um livro que pretende lançar bases teóricas e apresentar experiências institucionais para produção dessa forma de gestão em direção a um futuro melhor. O faz retomando um recorrente problema do pensamento liberal:

como combinar, na composição institucional e constitucional, as qualidades meritocráticas de gestão com a garantia da soberania popular dos Estados em bases democráticas e representativas. As referências para produção de uma resposta são as duas maiores e mais bem sucedidas burocracias estatais de nossos dias: China e Estados Unidos.

Escrito pelo presidente e pelo assessor sênior do Nicolas Berggruen Institute, respectivamente Nicolas Berggruen e Nathan Gardels, o livro é dividido em três partes. A primeira, “Globalização e governança”, trata das implicações históricas e teóricas para formação do que chamam de um “Constitucionalismo democrático liberal e meritocrático” (p. 91), privilegiando os impasses políticos e econômicos atuais dos governos de China e EUA, e termina com uma proposta híbrida, como o nome sugere, definindo um papel decisivo à participação cidadã, via redes sociais digitais, do que chamam de uma “democracia vigilante” (p. 128). Na segunda parte, “Governança inteligente. Teoria e prática”, os autores buscam comprovar as teses expostas anteriormente fundamentadas na experiência vivida pelo Instituto no processo de consultoria, avaliação

e participação de três organismos de governança, em escalas diferentes: o governo da Califórnia, o G-20 e a União Europeia. Finalizam com uma breve constatação que sinaliza para uma nova modulação do antigo darwinismo social, não mais pela sobrevivência do mais forte, mas dos mais sábios (pp. 255-259), o que ocorreria ao se substituir a competição pela cooperação na gestão do *comum*, uma combinação também muito conhecida da teoria liberal e de sua economia política. A realização dessa empreitada leva o nome de “evolução da evolução” (p. 258). Os cuidados políticos com o corpo-espécie, do qual a vida de cada vivente passou a depender na era da biopolítica moderna, é acrescido, nas exposições do livro, da atenção e gestão eficiente na cooperação entre mentes inteligentes, da qual passam a depender não apenas a sobrevivência de cada um e do comum, como também a continuidade sustentável do planeta. Permanece invariante nessa racionalidade específica o papel decisivo das elites/vanguardas e/ou líderes/empreendedores na gestão do *comum*.

O livro é apresentado e elogiado por presidentes de empresas e Estados de todo planeta, como Fernando

Henrique Cardoso (ex-presidente do Brasil), Michael Spence (Nobel de economia e ex-presidente da Comissão de Crescimento e Desenvolvimento da ONU), Eric Schmidt (presidente executivo da Google), Felipe Gonzales (ex-presidente da Espanha), Ernesto Zedillo Ponce de León (diretor do Centro de Estudos da Globalização da Universidade de Yale e ex-presidente do México), dentre outros que constam na abertura da edição portuguesa e em *posts* de comentários e resenhas na internet. Trata-se de um manual ou guia, dentre tantos outros, para os que se ocupam de governar as híbridas instituições do mundo globalizado. Pelas temáticas e pela forma de expô-las, o livro evidencia outro traço da produção de verdade na atual constituição de uma governamentalidade planetária: se há muito, no campo editorial, os livros de auto-ajuda e as biografias de celebridades fazem sucesso entre os chamados homens comuns, entre os que se lançam como condutores (estatais e privados) há uma profusão de livros que contam as histórias de sucesso de grandes CEOs (Chefes Executivos de Ofício), como Mark Zuckerberg e Steve Jobs, e de experiências bem-sucedidas em gestão e governança, como o próprio

livro em questão, conformando o *top* do mercado editorial. Celebidades, CEOs e governantes são as vidas exemplares de nossa era. Exemplos para que cada um governe sua vida de forma responsável e em direção ao sucesso.

Logo na introdução, expõe-se a solução a ser provada e demonstrada por todo livro: “Centramo-nos na China e nos Estados Unidos da América, não como alternativas literais, mas como metáfora das ponderações que precisam ser feitas ao construirmos um sistema constitucional misto que integre os elementos mais importantes de ambos os modelos — respectivamente, a orientação fornecida pela perspectiva de longo prazo das elites meritocráticas e a popular soberania da democracia” (p. 33). Em poucas palavras, como combinar inovação e planejamento com controle eficiente de maneira que seja possível antecipar riscos e proporcionar novas oportunidades. Nesse sentido, o hibridismo não se aplica apenas ao modelo de gestão e formatação constitucional, mas também ao campo teórico. Para formular suas propostas, os autores vão de Montesquieu a Shumpeter, de Antonio Gramsci a Jonh Rawls e Francis Fukuyama, de Karl Marx a Mark Zuckerberg.

Se não há muita novidade no campo de formulação das questões em busca de *desenvolver* poder e *envolver* cidadãos, na tarefa de divisão das tomadas de decisão, é na forma e no plano de aplicação de suas teorias que se mostram as maneiras atuais de produzir governo sobre condutas. Os três “casos” — Califórnia, G-20 e União Europeia — não apenas são tomados como campos distintos de implicação das atividades de governo, mas também como meios pelos quais se colocam questões que dizem respeito a toda e qualquer processo de tomada de decisão. Segundo o alerta dos autores, mesmo com as mudanças provocadas pelo que eles chamam de globalização 2.0 na configuração dos Estados-Nação, o Estado segue como a esfera primeira e última das tomadas de decisão.

O fracasso da participação direta na experiência californiana (via elaboração do orçamento do estado e ações civis públicas) é utilizado para defender a necessidade de *reiniciar* (uma das inúmeras metáforas computacionais do livro) a “democracia disfuncional da Califórnia” (p. 187). Esta disfuncionalidade é demonstrada pelo efeito da crise dos *subprimes* em 2008 e pelo fato do orçamento

do estado prever mais dinheiro para as prisões que para universidades. Da mesma maneira, o G-20 é utilizado como exemplo da necessidade de ampliação da participação nas Cimeiras globais e maior necessidade de capacidade decisória legitimada para esses enclaves supranacionais e criação de fóruns análogos em âmbito sub-regional (p. 215). O processo de integração da União Europeia e os atuais impasses decorrentes da crise econômica são utilizados para expor uma tese que, indiretamente, os autores compartilham com a atual esquerda democrática: um déficit democrático na formação e produção constitucional e institucional da política hoje.

O fracasso institucional exposto ao longo do livro é o mote para argumentar a necessidade de reforma. Dos casos expostos, o mais bem sucedido é o do estado da Califórnia, por uma confluência de fatores. A Califórnia tornou-se, na década de 1990, um modelo para o novo desenvolvimento globalizado, assentado na produção de riqueza atrelada ao desenvolvimento tecnológico computacional. Isso se deve ao fato do estado abrigar as maiores empresas de tecnologia do mundo, como a *Google* e a

Yahoo!, mas também por possuir e desenvolver modos de participação direta de cidadãos e representantes da sociedade civil organizada desde o final dos anos 1970, durante o governo de Jerry Brown. Segundo a avaliação dos autores, os fatores que mostraram a disfunção do modelo institucional californiano foram: a crescente demanda por construção de prisões (que demonstra o perigo de uma democracia plebiscitária e não regulada por contrapesos), que atingiu o ápice, em 2010, no governo de Arnoldo Schwarzenegger (famoso pelos filmes “O exterminador do futuro” e “O vingador do futuro”), e pela quebra financeira, na esteira da crise de 2008, devido à “irresponsabilidade fiscal” na oferta de créditos imobiliários.

A solução para o impasse financeiro, institucional e de representação do estado está, para os autores do livro, numa reforma da governança para uma nova forma de gestão do comum. Essa reforma, argumentam, passa pela criação de uma agenda apolítica e apartidária na gestão do comum. O caso exposto inicia-se pela destituição, por meio de um referendo popular, do governador do estado em 2003: “desde 2007 que os californianos votam em primárias

abertas, com redefinição de distritos por uma comissão de cidadãos, e por maioria simples em questões orçamentárias — tudo com o objetivo de por fim à paralisia induzida pelo partidarismo no parlamento. E, com uma margem enorme, votaram a favor de um futuro de energia limpa menos dependente do petróleo estrangeiro, protegendo sua legislação pioneira sobre as alterações climáticas de ser deitada por terra” (pp. 188-1189).

Como já indicado, a crise de 2008 trouxe problemas para o modelo de gestão pública compartilhada e participativa na definição de prioridades orçamentárias. É nesse ponto que entra o Nicolas Beggruen Institute, com a criação do *Think Long Committee for California*. Um comitê de notáveis, formado por eminentes cidadãos com larga experiência em gestão pública. Sua composição vai de antigos secretários de Estado, como George Shultz e Condoleezza Rice, a presidentes de empresas como *Warner Bros* e *Yahoo!*, além de políticos, juízes, promotores e religiosos. O objetivo do comitê, entendido como um *software* capaz de reiniciar a democracia na Califórnia, foi “introduzir uma agenda apolítica, apartidária e a longo prazo para corrigir o rancor partidário e a cultura

política de curto prazo alimentada pelos grupos de interesse que veio a dominar a vida política californiana” (p. 189).

O caso californiano resume a proposta do livro: “a instalação de um novo *software* cívico que segue a abordagem essencial da governação inteligente delineada neste livro: devolução, envolvimento e divisão na tomada de decisões. Por um lado, propomos uma descentralização de poder para o nível local e, pelo outro, a criação de maior capacidade de deliberação despolitizada a nível estatal que incorpore a perspectiva de longo prazo na governação” (p. 190). Assim se resume a proposta, não mais de um sistema político, mas de uma interface de sistemas de governo capazes de *upgrades* em favor de uma gestão eficiente e voltada para as futuras gerações. Camufla-se a disputa política em favor de uma gestão despolitizada e harmoniosa do comum, que inclui os recursos naturais e as inteligências dos cidadãos.

Não é fortuito que os autores recorram, em sua conclusão, à relação de governo da alma sobre corpo, retirada de Bergson. É preciso investir na alma para otimizar o governo do corpo político, social

e individual. Concluem em favor de uma “mundivisão evoluída” (p. 258) guiada por uma “esperança moderada” (p. 259). Pois “nenhuma solução milagrosa vai resolver todos os problemas. Tudo aquilo que temos é o que já foi testado e comprovado pela história — tanto a notável e milenar resiliência da ‘civilização institucional’ da China como o momento breve e brilhante da democracia liberal” (p. 257).

Governança inteligente para o século XXI. Uma visão intermediária entre Ocidente e Oriente é um manual do governo no presente e pode ser visto como um importante registro da forma que se dá à governamentalidade planetária hoje. Não apenas por despertar o interesse de lideranças políticas e empresariais, mas, sobretudo por mostrar de que maneira se combinam, hoje, a busca por harmonia comum, segundo a tradição milenar do mandarinato chinês, e a responsividade participativa, segundo as tradições da democracia liberal estadunidense. Os comandos de cliques que governam os *softwares* dos inúmeros aparelhos computo-informacionais de nossa era são espelhados para produzir comandos despolitizados que operam governos projetados para o futuro

harmonizando diferenças, hibridizando posicionamentos e compondo interesses na constituição de uma nova institucionalidade inacabada, porque se pretende atualizável e eterna, como o mais popular sistema operacional para computadores pessoais do planeta e como o milenar e autoritário mandarinato imperial chinês, que se manteve, ou se atualizou, como forma institucional mesmo após uma revolução popular e os impactos da globalização 2.0. O Estado desloca-se de mal necessário como campo organizado de disputas políticas para a categoria virtuosa da inteligência humana, que deve ser conduzida pelos mais sábios, uma nova-velha dinastia estatal.

Por fim, este livro pode servir como um alerta para os que depositam suas esperanças em uma nova política pautada pela cooperação, o cuidado com o comum e a gestão apartidária. Se pretende-se ver nisso uma forma de resistência, este livro mostra que se trata da nova cara da política que anima líderes e empresários de todo mundo. A política despolitizada da governança inteligente é a otimização do governo de todos por todos, uma espécie de comunismo harmonioso, sustentável e liderado pelos bons. O Estado como monopólio da violência

e categoria do entendimento segue intocado, a política como tecnologia moderna de governo e dominação também. Este é seu fim e sua moral.

Diante disso, resta aos resistentes uma antipolítica que destrua a máquina e desfigure os sistemas, sem esperanças e sem harmonia.